COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS
Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.
Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br
Site: www.comitemacaeostras.org.br

Relatório da Reunião do Câmara Técnica de Lagoas e Zonas Costeiras – CTLAZOC

Data da reunião: 28 de maio de 2026
Tipo de Reunião: (. X .) Ordinária (. .) Extraordinária

Pauta da reunião:

1- Aprovação dos relatórios de reuniões dos dias 11/03/2026 e 09/04/2026;
2 - Mapeamento da atividade pesqueira no território da RH VIII;
3 - Status de demandas em andamento;
4 - Informes gerais.

Coordenador: Leonardo Fernandes
Coordenador Adjunto: Magno Grativol

Relator: Thiago Cardoso

Componentes Presentes:

Leonardo Fernandes	SEAS - SUBHRISA
Thièrs Wilberger	Casa dos Saberes
Otávio Martins	BRK Ambiental
Magno Grativol	INEA-SUPMA
Evelyn Raposo	Prefeitura Municipal de Macaé
Jolnnye Abrahão	Prefeitura Municipal de Rio das Ostras
Maria Inês Paes Ferreira	IFF - Macaé

Convidados:

Adriana Saad	CILSJ
Francisco Guimarães	CBHLSJ
Marianna Cavalcante	CILSJ
Thiago Cardoso	CILSJ
Daniele Pereira	CILSJ
Alexandre Paiva	Instituto Visão Social

RELATÓRIO

Para facilitar a visualização, os números nos parágrafos correspondem aos números dos itens de pauta.

1- Os relatórios foram apresentados com a leitura da pauta e dos encaminhamentos para ambas as reuniões. Durante a leitura dos encaminhamentos do relatório da reunião de 07 de Abril de 2026, a Sra. Marianna Cavalcante explicou que, devido à má qualidade da internet no local (IFF Macaé), a transmissão ao vivo prevista não pôde ser realizada e, ao invés disso, o evento foi gravado para publicação posterior nos canais do Comitê. O Sr. Thièrs Wilberger sugeriu que, no momento da publicação da gravação, fosse divulgado nas redes esclarecendo

que o material estava sendo disponibilizado ao público. Não havendo alterações de redação, os documentos foram aprovados.

2 - Dando continuidade à reunião, o Sr. Leonardo Fernandes apresentou a todos os convidados para a pauta: o pescador Francisco Guimarães, e a pesquisadora Adriana Saad. Em seguida, ensejou fazer uma contextualização aos convidados sobre a necessidade de compreender melhor a realidade da pesca artesanal e fortalecer sua representação na gestão dos recursos hídricos e costeira. Foi destacado que a Lagoa Imboassica, apesar de ser amplamente estudada sob a ótica ambiental, ainda apresenta lacunas para uma gestão mais efetiva por desconhecer e não ter representados todos os atores que interessam nesse território, cujo exemplo seriam os pescadores, relembrando a participação do Tio Jorge, e as vozes das atividades recreativas e esportivas. Ainda, foi enfatizada a necessidade de ampliar o conhecimento sobre as práticas pesqueiras locais, períodos reprodutivos das espécies, características das artes de pesca e demais aspectos fundamentais para subsidiar futuras ações de manejo.

O Sr. Leonardo Fernandes também trouxe que, nos últimos anos esta instância vem trabalhando para suprir essas deficiências, ampliar a participação iniciada com a representação da Associação de Pescadores(as) e Trabalhadores(as) da Pesca Artesanal de Rio das Ostras (APTPA-RO) e internalizar informações sobre o tema. Por fim, explicou que como primeiro esforço adotado pela instância foi a elaboração de um questionário e que gostaria de saber dos convidados, o que achavam, como se aproximar desta comunidade, quais ferramentas seriam ideais para alcançar as informações e quais seriam as necessárias.

Em sua contribuição, o Sr. Francisco Guimarães relatou sua experiência desenvolvida na Lagoa de Araruama, na qual estudos científicos aliados ao conhecimento tradicional dos pescadores permitiram criar o plano de ordenamento que instituído pela Instrução Normativa 02/2013, período de defeso e iniciar a elaboração de uma minuta de ordenamento pesqueiro com regulamentação de malhas, petrechos, redes, áreas de exclusão de pesca. Segundo ele, essas medidas contribuíram significativamente para a recuperação dos estoques pesqueiros e para a melhoria da produtividade da atividade.

O convidado destacou, contudo, que o ordenamento da pesca não pode ser construído apenas com base no controle do esforço pesqueiro. Segundo sua avaliação, fatores ambientais como degradação de habitats, alterações na qualidade da água, assoreamento e contaminação também influenciam diretamente a abundância e a reprodução das espécies. Como exemplo, mencionou o declínio observado na população de carapebas, cuja redução pode estar associada a alterações ambientais ainda não devidamente compreendidas. Dessa forma, defendeu a importância de associar o monitoramento da qualidade da água, dos sedimentos e das condições ecológicas dos ambientes aquáticos à formatação de um programa de ordenamento pesqueiro, que pode ser por meio de uma instrução normativa, como por eles realizado.

O Sr. Francisco Guimarães também mencionou que estão trabalhando com cadeia produtiva integrada, tendo criado um Centro de Beneficiamento que aguarda o selo de inspeção

2 - estadual nos próximos meses para escoar o produto para a merenda escolar e restaurante. Citou o desenvolvimento do projeto de turismo de base comunitária e a produção de biojoias, reaproveitando escamas e conchas, que gera um aproveitamento de resíduos pesqueiros e complementação de renda. Detalhou um projeto de treinamento para o corte certificado de casuarinas (espécie exótica), utilizando a madeira para construir decks e estacas para pescadores, enquanto realizam o replantio de mudas nativas.

Outro ponto enfatizado por Sr. Francisco Guimarães foi a valorização do conhecimento tradicional dos pescadores. Ele ressaltou a importância de registrar as experiências e percepções acumuladas ao longo de décadas por lideranças locais, destacando que muitas dessas informações se perdem com o tempo e não são adequadamente documentadas. Nesse sentido, sugeriu que o processo de levantamento seja conduzido por meio de uma aproximação junto às comunidades pesqueiras. Através dela seria possível realizar conversas presenciais, entrevistas guiadas e atividades participativas nos próprios locais frequentados pelos pescadores, permitindo a construção de uma cartografia social que identifique áreas de pesca, conflitos, impactos ambientais, desafios enfrentados pelas comunidades e suas possíveis soluções.

A Sra. Adriana Saad reforçou a relevância da integração entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais, destacando a importância histórica dos pescadores na compreensão das dinâmicas dos ecossistemas costeiros. Ela relatou experiências de pesquisa realizadas na Lagoa Imboassica e observou que fenômenos como a abertura da barra influenciam diretamente a renovação dos estoques pesqueiros e a qualidade ambiental do sistema lagunar. Além disso, elogiou a iniciativa da Câmara Técnica em buscar maior aproximação com o setor pesqueiro, considerando-a fundamental para fortalecer a gestão participativa do território.

A Sra. Adriana Saad também sugeriu que a aproximação com os pescadores vá além da aplicação de questionários, propondo sua inclusão mais efetiva nos espaços de governança do Comitê. Como referência, citou a experiência do CBH Lagos São João, que conta com ampla participação de entidades pesqueiras e uma câmara técnica específica para tratar dos temas relacionados à pesca. A Sra. Adriana Saad ressaltou que essa integração possibilita o desenvolvimento de ações concretas de capacitação, regularização profissional e fortalecimento da atividade pesqueira.

O Sr. Francisco Guimarães, reforçado pela Sra. Maria Inês Ferreira que a aplicação de formulários pode não ser suficiente para estabelecer uma relação de confiança com os pescadores, uma vez que muitas comunidades demonstram desgaste diante da recorrente realização de pesquisas e entrevistas que, em diversos casos, não resultam em benefícios concretos. Nesse contexto, foi sugerido que o Comitê promova encontros presenciais, oficinas participativas e espaços permanentes de diálogo, possibilitando que os próprios pescadores contribuam diretamente para a identificação dos problemas e para a construção das soluções.

Ao fim das participações, os membros reconheceram que a proposta inicial de aplicação de um questionário da forma como estava estruturado, não era a ferramenta adequada

2 - para o momento. Desta forma, acordaram que o questionário ficará paralisado até que um levantamento mais assertivo seja feito. Os membros também acordaram que o primeiro passo deverá ser a realização de visitas de campo e atividades de aproximação junto às comunidades pesqueiras, permitindo compreender sua dinâmica social, estabelecer relações de confiança e, posteriormente, definir a melhor metodologia para coleta das informações.

O Sr. Francisco Guimarães e a Sra. Adriana Saad colocaram-se à disposição para realizar essas visitas técnicas voluntariamente. Os membros decidiram também levantar os dados secundários e estudos oficiais já existentes e disponíveis sobre a pesca no território. Foram mencionados trabalhos acadêmicos, publicações sobre a pesca artesanal e estudos de valoração econômica da atividade. Ficou definido o envio de ofícios para universidades, órgãos públicos e instituições como: Fiperj e as Secretarias Municipais de Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Carapebus, para solicitar números de colônias, pescadores cadastrados e dados de produção; e instituições de ensino e pesquisa (Nupem/UFRJ) e órgãos como o ICMBio (Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba) para dados bióticos e de toxicidade.

O Sr. Magno Grativol ficou responsável por resgatar o contato com o representante do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP) da Petrobras em Macaé para que ele apresente dados ao grupo. Os membros também debateram sobre apoiar as visitas a serem realizadas pelo Sr. Francisco Guimarães à comunidade pesqueira da Lagoa Imboassica. No fim, acordaram de encaminhar a solicitação de ajuda de custo e reembolso para as despesas a ser pautada na próxima reunião de Diretoria Colegiada, com referendo da Plenária. A Sra. Maria Inês Ferreira comprometeu-se a compartilhar artigos e dissertações já publicados sobre a pesca em Macaé para subsidiar o banco de dados do Comitê.

3 - Em sequência aos pontos de pauta, o Sr. Leonardo Fernandes realizou uma atualização das ações que vêm sendo desenvolvidas. O principal tema abordado foi a instalação da régua linimétrica para monitoramento do nível do rio Imboassica. Foi relembrado que o equipamento foi cedido pelo Comitê da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, estando em fase final de planejamento para instalação. Uma vistoria técnica já havia sido realizada para definição do local mais adequado, seguindo as recomendações do manual da Agência Nacional de Águas (ANA), que estabelece critérios relacionados à acessibilidade, condições de visibilidade e características hidráulicas do trecho monitorado.

Na continuidade, o Sr. Leonardo Fernandes trouxe que, após a avaliação de campo, foi identificado como local mais apropriado um ponto situado próximo à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Rio+ Saneamento, em área com melhores condições operacionais para instalação e manutenção do equipamento. Porém, foi destacado que a instalação ainda dependia de manifestação formal da Rio+ Saneamento, uma vez que o local escolhido encontra-se em área privada. Além da autorização para instalação da régua, foi solicitado apoio da concessionária para eventuais ações de manutenção, limpeza da vegetação e, futuramente, até mesmo para a realização de leituras periódicas do equipamento. Explicou

3 - que o Inea já havia encaminhado um ofício sobre o assunto e estavam aguardando resposta da empresa.

O Sr. Leonardo Fernandes questionou ao Sr. Jolnnye Abrahão se haveria a possibilidade de apoio da Prefeitura de Rio das Ostras para realização dessas intervenções, considerando a proximidade da data prevista para instalação, que questionou o que seria necessário para apoio. O Sr. Leonardo Fernandes explicou que havia uma árvore com um galho obstruindo a visada da régua e que era necessária uma poda. O Sr. Jolnnye Abrahão esclareceu que estava fora da cidade e só conseguiria estar em Rio das Ostras na segunda-feira. Naquela ocasião, ele expressou incerteza se haveria tempo suficiente para mostrar as fotos e formalizar a demanda internamente, mas prontificou-se a tentar realizar a articulação.

Sobre a atualização do Plano de Alinhamento da Orla (PAO) da lagoa Imboassica, o Sr. Leonardo resgatou que houve uma apresentação por representantes do Inea, na figura da Sra. Lidiane, sobre o tema e que havia uma indicação de que o processo poderia caminhar com mais agilidade se houvesse um apoio ao Estado. Desta forma, solicitou ao Sr. Magno Grativol que articulasse internamente no Inea para verificar o andamento e que fossem iniciados os trabalhos de atualização do instrumento. Com isso, o Sr. Magno Grativol informou que levaria a demanda à diretoria e à presidência do Inea e verificaria se o setor de hidrologia já respondeu aos questionamentos anteriores realizados pelo Ministério Público e o CBH Macaé Ostras, visando destravar o processo.

Em relação à intervenção no canal extravasor da Lagoa Imboassica, o Sr. Magno Grativol Peixoto apontou que as rochas no canal formam um estrangulamento no mesmo e sugeriu que a Superintendência Regional deveria ser consultada para avaliar e emitir uma autorização ambiental para a obra, caso uma das prefeituras (Macaé ou Rio das Ostras) executasse o serviço. O Sr. Leonardo Fernandes apontou que a Secretaria de Obras de Macaé poderia dispor de máquinas para realizar o serviço sob autorização do Inea.

O Sr. Jolnnye Abrahão alertou que a intervenção ocorre dentro de uma Unidade de Conservação (ARIE Itapebussus) e, por isso, deve respeitar o plano de manejo e zoneamento local. Ele defendeu que o Inea capitaneie a ação, com a anuência formal da Secretaria de Meio Ambiente de Rio das Ostras. A Sra. Maria Inês Ferreira alertou que não era atribuição do Comitê e propôs como a atuação do Comitê uma recomendação formal por meio de ofício, com a foto que expõe o estrangulamento para dar embasamento técnico. Como encaminhamento, os membros acordaram com a sugestão da Sra. Maria Inês enviando um ofício à Superintendência Regional de Macaé do Inea, com cópia para a Presidência do Inea e para as prefeituras de Macaé e Rio das Ostras, recomendando a intervenção técnica necessária no canal. O ofício deverá mencionar a urgência causada pelo fenômeno El Niño, que aumenta o risco de cheias.

Durante a reunião, o Sr. Magno Grativol recebeu o retorno da Rio+ Saneamento autorizando a instalação e acesso, porém sem a possibilidade de apoio na limpeza a tempo por conflito de agenda. Após a sinalização da concessionária, os membros buscaram por uma solução emergencial com a prefeitura de Rio das Ostras. O Sr. Leonardo Fernandes explicou

3 - que a intervenção seria simples, em cerca de duas horas de trabalho, poderiam podar a árvore deitada e retirar o capim que obstrui a visada da régua. O Sr. Jolnnye Abrahão concordou em mobilizar uma equipe para realizar o serviço na segunda-feira (01 de junho), garantindo que a área esteja limpa para a instalação programada para às 9h de terça-feira (02 de junho).

No mesmo momento, o Sr. Magno Grativol realizou contato e retornou informando que a Rio+ Saneamento já está ciente e autorizou a entrada da equipe da prefeitura para a limpeza prévia. O Sr. Jolnnye Abrahão confirmou que possui os contatos diretos com os responsáveis da concessionária para coordenar os trâmites de entrada na ETE.

4 - No momento destinado aos informes gerais, verificou-se que o extenso debate realizado ao longo da reunião, especialmente sobre o mapeamento da atividade pesqueira e o acompanhamento das demandas em andamento, consumiu um tempo superior ao inicialmente previsto na pauta. Diante disso, a coordenação avaliou que os principais assuntos que poderiam compor os informes já haviam sido abordados ao longo das discussões anteriores, não havendo a necessidade de abertura de um novo bloco de debates específico para esse item. O Sr. Leonardo Fernandes solicitou à Secretaria Executiva que consolide os encaminhamentos definidos na reunião, com seus respectivos responsáveis e compartilhe com os membros da Câmara Técnica por meio do grupo institucional. Os membros poderão complementar as informações, caso necessário.

Encaminhamentos:

1. Mapeamento da Atividade Pesqueira na RH VIII
   - Realizar uma etapa prévia de aproximação com os pescadores antes da coleta de informações, a ser iniciada pela lagoa Imboassica.
   - Encaminhar para Diretoria Colegiada e Plenária a aprovação do pedido de ajuda de custo e reembolso para custear a ida do Sr. Francisco Guimarães para a aproximação com os pescadores na lagoa Imboassica.
   - Magno Grativol: realizar contato com representante do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP) Macaé para convidá-lo à participar da próxima reunião para apoio no levantamento das informações de atividades pesqueiras em Macaé.
2. Levantamento de Informações e Bases de Dados
   - Resgatar e compartilhar trabalhos já publicados sobre a atividade pesqueira em Macaé e região, incluindo estudos desenvolvidos pelo Nupem e por pesquisadores locais.
   - Enviar ofícios de solicitação de estudos, diagnósticos, pesquisas acadêmicas e bases de dados já existentes sobre a atividade pesqueira na região para instituições públicas, universidades e programas de monitoramento pesqueiro.
3. Atualização do PAO da lagoa Imboassica
   - Magno Grativol: Articular para verificar a resposta aos questionamentos do CBH e iniciar o processo de atualização do PAO.
4. Intervenção no canal extravasor da lagoa Imboassica

- Elaborar e enviar ofícios para a Superintendência de Macaé do Inea com cópia para as prefeituras dos municípios de Macaé e de Rio das Ostras recomendando que se faz necessária uma intervenção no canal extravasor da lagoa Imboassica para garantia funcionalidade do mesmo, anexando a foto que expõe o estrangulamento identificado.

5. Instalação da Régua Linimétrica no rio Imboassica
   - Dar prosseguimento às articulações para viabilizar a instalação da régua linimétrica.
   - Jolnnye Abrahão: mobilizar apoio institucional junto à Prefeitura de Rio das Ostras para realizar o serviço na segunda-feira (01 de junho).
5. Sistematização e Acompanhamento das Ações
   - Consolidar os encaminhamentos definidos na reunião e identificar as responsabilidades de cada participante nas ações definidas, compartilhando com os membros da Câmara Técnica por meio do grupo institucional.
   - Membros: complementar as informações, caso necessário.

Aprovado em 12/08/2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
LEONARDO SILVA FERNANDES
Data: 01/10/2026 09:41:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LEONARDO SILVA FERNANDES
Coordenador